dos conhecimentos técnicos e pericia profissional pelos mesmos operários adquiridos nos longos anos em que trabalharam ao serviço da Companhia Portuguesa de Fósforos;

Considerando, outrossim, que aos princípios fundamentais que universalmente dominam a vida económica dos Estados repugna a cessação de quaisquer indústrias;

Considerando que no actual momento se desenha uma crise de inlavor que dos Poderes Públicos reclama as mais acuradas atenções e toda a possível protecção à indústria e trabalho nacionais;

Considerando que o regime em que seguidamente vamos vivendo de importação total de fósforos implica uma saída constante de ouro, em extremo prejudicial à valorização da nossa moeda;

Considerando que os preços oferecidos no último concurso para a adjudicação dos fósforos a importar foram de tal maneira superiores aos anteriores que o regime da importação, a continuar, não daria ao Estado as receitas necessárias para garantir a renda que legitimamente devo receber do exercício da indústria ou comércio dos fósforos e cobrir os pesados encargos que assumiu perante o pessoal da antiga Companhia dos Fósforos;

Considerando que é necessário baratear o preço dos fósforos sem ofender os princípios da lei n.º 1:770, de 25 de Abril de 1925, antes usando da expressa faculdade que a parte final da sua Base D confere ao Governo:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, consultada a Procuradoria Geral da República e ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o fabrico de fósforos de madeira do tipo ultimamente pôsto à venda pela Companhia Portuguesa de Fósforos, nas seguintes condições:

1.ª O prazo a que diz respeito esta autorização é de noventa dias, conforme o estabelecido pela parte final da base D da lei n.º 1:770, e começará a contar-se do dia em que as fábricas comecem a laboração;

2.ª As empresas em nome individual ou colectivo que se aproveitarem do disposto neste decreto pagarão ao Estado o juro preferencial de 8 por cento, fixado na base A da lei n.º 1:770, sobre 25 por cento do seu capital social;

3.ª Cada caixinha conterà quarenta palitos com a tolerância, para mais, de 10 por cento, e será vendida ao público por preço não superior a \$15;

4.ª Nos termos da lei n.º 1:770 e seu regulamento, cada caixinha pagará ao Estado o imposto de \$05. Emquanto não houver selos, será pago o imposto nos primeiros quinze dias de cada mês por meio da guia passada pela Inspeção Geral dos Fósforos e abrangendo o número de caixinhas saídas no mês anterior;

5.ª Os fabricantes de fósforos que queiram aproveitar-se desta autorização serão obrigados a recrutar o seu pessoal entre o antigo pessoal das fábricas da Companhia Portuguesa de Fósforos, ficando a cargo da Inspeção Geral dos Fósforos velar pelo cumprimento desta condição e sendo a sua não observância motivo para o encerramento imediato da fábrica em que ela se verifique.

Art. 2.º Consideram-se em vigor, em relação ao presente regime transitório, as disposições com carácter de protecção industrial contidas na lei n.º 1:770, de 25 de Abril, e decreto n.º 10.838, de 9 de Junho últimos, e à importação de matérias primas destinadas ao fabrico de fósforos, incluindo a madeira em bruto e em obra para palitos e caixinhas, serão aplicadas as pautas mínimas dos respectivos direitos aduaneiros, qualquer que seja a sua procedência.

Art. 3.º Deverão as empresas que vierem a aprovei-

tar-se da autorização contida neste diploma requisitar à Inspeção Geral dos Fósforos os agentes de que necessitarem, devendo os vencimentos e ajudas de custo desses agentes ser pagos pelas empresas requisitantes.

Art. 4.º Do exercício do regime transitório prescrito por este decreto não poderão em caso algum advir direitos de indemnização ou quaisquer outras compensações para as empresas que dêle se utilizarem.

Art. 5.º O Governo expedirá pelo Ministério das Finanças as instruções necessárias para a boa execução do disposto neste decreto e salvaguarda dos princípios da lei n.º 1:770.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 15 de Setembro de 1925.— MANUEL TEIXEIRA GOMES — Domingos Leite Pereira — Augusto Cosimiro Alves Monteiro — António Alberto Torres Garcia — Ernesto Maria Vieira da Rocha — Fernando Augusto Pereira da Silva — Vasco Borges — Nuno Simões — Isidoro Pedro Leger Pereira Leite — João José da Conceição Camoesas — Francisco Alberto da Costa Cabral — Manuel Gaspar de Lemos.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

1.ª Repartição

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Legação de Portugal em Paris, a Bulgária ratificou em 27 de Agosto último a Convenção Internacional assinada em Sevres a 6 de Outubro de 1921, modificando a Convenção assinada em Paris a 20 de Maio de 1875 para garantir a unificação internacional e o aperfeiçoamento do sistema métrico e o regulamento anexo à mesma Convenção.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, 12 de Setembro de 1925.— Pelo Director Geral, o Chefe da 1.ª Repartição, António da Costa Cabral.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 11:079

Considerando que na proposta orçamental para o corrente ano económico de 1925-1926 não foi incluída a verba para o pagamento dos juros do empréstimo à provincia de Timor, nos termos da parte final do artigo 2.º da lei n.º 1:232, de 27 de Setembro de 1921, e decreto n.º 8:624, de 14 de Fevereiro de 1923, por não haver conhecimento da importância a descrever;

Sob proposta do Ministro das Colónias e com fundamento no n.º 2.º do artigo 34.º da lei de 9 de Setembro de 1908:

Hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

É aberto no Ministério das Finanças a favor do Mi-

nistério das Colónias um crédito especial da quantia de 1:476.667\$50, a inscrever na proposta orçamental do segundo dos referidos Ministérios para o ano económico de 1925-1926, onde constituirá o artigo 9.º da despesa extraordinária, sob a rubrica de «Juros do empréstimo à província de Timor nos termos da lei n.º 1:232, de 27 de Setembro de 1921, e decreto n.º 8:642, de 14 de Fevereiro de 1923».

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 2, de 15 de Dezembro de 1894, e examinado e visado pelo Conselho Superior de Finanças, nos da alínea a) do n.º 2.º do artigo 10.º do decreto n.º 5:525, do 8 de Maio de 1919.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 15 de Setembro de 1925. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — Domingos Leite Pereira — Augusto Casimiro Alves Monteiro — António Alberto Torres Garcia — Ernesto Maria Vieira da Rocha — Fernando Augusto Pereira da Silva — Vasco Borges — Nuno Simões — Isidoro Pedro Leger Pereira Leite — João José da Conceição Camoesas — Francisco Alberto da Costa Cabral — Manuel Gaspar de Lemos.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 11:080

Com fundamento no § 4.º do artigo 59.º do decreto n.º 7:027, de 15 de Outubro de 1920, que preceitua sobre a colocação do pessoal do extinto Ministério dos Abastecimentos e Transportes que constituiu o quadro especial do Ministério da Agricultura;

Sob proposta dos Ministros das Finanças, Instrução Pública e da Agricultura:

Hei por bem decretar, tendo ouvido o Conselho de Ministros, sejam transferidos dos capítulos 2.º e 15.º, artigos 5.º e 56.º, da proposta orçamental do Ministério da Agricultura em vigor no actual ano económico, respectivamente, as quantias de 1.650\$ e 17.919\$, correspondentes às importâncias de vencimento de dois agentes de fiscalização e de um servente do quadro especial do referido Ministério, que, por virtude do decreto de 26 de Junho de 1925, foram transferidos para o Ministério da Instrução Pública, devendo aquelas importâncias ser descritas no orçamento da despesa deste Ministério proposto para o ano económico de 1925-1926, nos termos seguintes:

Despesa ordinária

CAPÍTULO II

Secretaria Geral e Direcções Gerais

Artigo 4.º

Pessoal em disponibilidade

Em serviço:

1 Agente de fiscalização — vencimento a 720\$ (11 meses) 660\$00

CAPÍTULO V

Instrução universitária

Artigo 36.º

Pessoal em disponibilidade e em serviço

Instituto Central de Higiene:
1 Agente de fiscalização — vencimento a 720\$ (11 meses) 660\$00

CAPÍTULO VI

Instrução artística

Artigo 50.º

Pessoal em disponibilidade

Escola de Arte de Representar:
1 servente — vencimento a 360\$ (11 meses) 330\$00

Despesa extraordinária

CAPÍTULO X

Artigo 77.º

Melhorias de vencimentos ao pessoal do Ministério e suas dependências (11 meses) 17.919\$00

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 15 de Setembro de 1925. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — Domingos Leite Pereira — Augusto Casimiro Alves Monteiro — António Alberto Torres Garcia — Ernesto Maria Vieira da Rocha — Fernando Augusto Pereira da Silva — Vasco Borges — Nuno Simões — Isidoro Pedro Leger Pereira Leite — João José da Conceição Camoesas — Francisco Alberto da Costa Cabral — Manuel Gaspar de Lemos.

Decreto n.º 11:081

Com fundamento no artigo 11.º e seus parágrafos do decreto com força de lei n.º 5:519, de 8 de Maio de 1919, modificando as disposições do artigo 30.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, e no artigo 4.º da lei n.º 1:063, de 30 de Agosto de 1924, sob proposta do Ministro da Instrução Pública: hei por bem decretar que os saldos existentes nas dotações destinadas aos serviços e obras especiais descritas no mapa junto sejam transferidos das tabelas orçamentais do Ministério da Instrução Pública em que os referidos saldos figuram para o Orçamento em vigor no ano económico de 1925-1926, nos termos indicados no supracitado mapa, que faz parte integrante deste decreto e baixa assinado pelo Ministro da Instrução Pública.

O presente decreto será publicado no *Diário do Governo*, depois de registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 15 de Setembro de 1925. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — Domingos Leite Pereira — Augusto Casimiro Alves Monteiro — António Alberto Torres Garcia — Ernesto Maria Vieira da Rocha — Fernando Augusto Pereira da Silva — Vasco Borges — Nuno Simões — Isidoro Pedro Leger Pereira Leite — João José da Conceição Camoesas — Francisco Alberto da Costa Cabral — Manuel Gaspar de Lemos.

Mapa dos saldos das dotações destinadas a serviços especiais transferidos para o ano económico de 1925-1926 nos termos do artigo 11.º e seus parágrafos do decreto com força de lei n.º 5:519, de 8 de Maio de 1919

Classificação em 1924-1925		Designação da epígrafe sob que foram descritos os créditos de que derivam os saldos transferidos	Importâncias	Classificação em 1925-1926	
Capítulo	Artigo			Capítulo	Artigo
11.º	78.º	Para ampliação do edificio e outras obras do Museu de Arte Contemporânea	10.610\$20	14.º	81.º
13.º	80.º	Dotação extraordinária para conclusão do edificio do Museu de Zoologia da Universidade do Porto	15.000\$00	15.º	82.º
14.º	81.º	Para conclusão do edificio para a Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto	4.166\$68	16.º	83.º
15.º	82.º	Para compra do edificio destinado à instalação da escola primária de Alte (Loulé)	5.000\$00	17.º	84.º
18.º	85.º	Serviço de construções escolares, subsídios e decorações nos termos da lei n.º 363	307.312\$64	18.º	85.º
21.º	88.º	Construção dos edificios para instalação das novas escolas normais primárias de Coimbra e Porto	250.000\$00	19.º	86.º
22.º	89.º	Construção de edificios para escolas oficiais primárias	46.668\$01	20.º	87.º
23.º	90.º	Construção do edificio do Liceu Central Feminino de Lisboa	3.732\$81	21.º	88.º
24.º	91.º	Construção de um edificio para o Liceu de Visen.	40.000\$00	22.º	89.º
25.º	92.º	Aquisição de terreno, construção do edificio para o Liceu de Gil Vicente, aquisição de material e mobiliário escolar	385.000\$00	23.º	90.º
26.º	93.º	Aquisição de terreno para instalação de edificios destinados aos institutos clínicos e outros estabelecimentos necessários ao ensino médico	127.339\$25	24.º	91.º
27.º	94.º	Aquisição de terreno e construção do edificio para o Liceu de Rodrigues de Freitas.	80.000\$00	25.º	92.º
28.º	95.º	Para conclusão dos edificios escolares cujas obras já estejam iniciadas, e reparação dos existentes, quando sejam propriedade do Estado	500.000\$00	26.º	93.º

Paços do Governo da República, 15 de Setembro de 1925.— O Ministro da Instrução Pública, *João José da Conceição Camoesas*.